

Colégio
00001Sala
0001Ordem
0001

Dezembro/2022



Concurso Público para o Provimento de Cargos de
Analista Judiciário
Área Administrativa

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA**Conhecimentos Gerais**
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação**INSTRUÇÕES**

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Não é na ciência que está a felicidade,
mas na aquisição da ciência.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde à sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Redação e utilizar, se necessário, os espaços para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, máquina calculadora ou similar.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever a sua Prova Discursiva-Redação a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos, para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 5, baseie-se no texto abaixo.

Musa natalina

O ano, propriamente, se compõe de onze meses. Dezembro não conta: é só para desejar que os restantes sejam propícios. Parece que o sistema está longe da perfeição; chegaríamos a ela num calendário que abrangesse onze meses de bons augúrios e um de execução deles. Como está, os trinta e um dias não chegam para imaginarmos tudo de ótimo em benefício de todo mundo. Fica sempre uma fração larga de mundo a que não atingem os nossos desejos fraternos. China, Costa do Ouro, Oceania...

Mas não é preciso ir tão longe. Mesmo perto de nós, mesmo dentro de nós, as lembranças costumam esquivar-se à apresentação espontânea, e até à convocação formal. Julgamos ter no coração um canteiro de afetos; contudo, uma grande área nele permanece inculta e cheia de ervas, não direi daninhas, mas ervas. O que admira não é a quantidade de pessoas a quem dedicamos um pensamento amigo, mas a multidão, o número realmente infinito, de outras em cuja existência nem sequer reparamos.

Foi para suavizar as lacunas da memória sentimental que se inventaram mensagens de boas-festas. Contudo, seria desejável que as saudações de Natal oferecessem maior variedade, ou pelo menos exprimissem anseios mais concretos, definindo a situação particular de cada classe ou componente dela, e não apenas um vago ideal de felicidade. Penso que cada homem tem direito de pedir bem determinada coisa a seu semelhante.

(Adaptado de: ANDRADE, Carlos Drummond. **Fala, amendoeira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 86-87)

1. Motivado pela *musa natalina*, o autor do texto avalia que
 - (A) o mês de dezembro é impróprio para comemorar a contento as festas natalinas e formular bons augúrios.
 - (B) os onze meses que compõem o ano mostram-se suficientes para a execução dos nossos melhores propósitos.
 - (C) nossos intentos mais fraternos se mostram vivos por contemplarem uma parte considerável e esquecida da humanidade.
 - (D) o sentido das mensagens usuais de boas-festas esvazia-se por desconsiderar a variedade das pessoas em suas situações.
 - (E) as mensagens de fim de ano costumam exprimir um ideal de felicidade que diz respeito tão somente àquele que as emite.

2. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
 - (A) *que os restantes sejam propícios* (1º parágrafo) = que os derradeiros se aprimorem
 - (B) *esquivar-se à apresentação espontânea* (2º parágrafo) = mover-se à convocação avulsa
 - (C) *suavizar as lacunas da memória* (3º parágrafo) = amenizar os hiatos da recordação
 - (D) *exprimissem anseios mais concretos* (3º parágrafo) = realçassem intentos ponderáveis
 - (E) *situação particular de cada classe* (3º parágrafo) = condição irrestrita de uma categoria

3. Uma nova redação da frase *Fica sempre uma fração larga de mundo a que não atingem os nossos desejos fraternos* mostra-se correta e coerente com o sentido original na seguinte formulação: *Nossos desejos fraternos*
 - (A) *não alcançam sempre senão à uma parte menor da largueza do mundo.*
 - (B) *deixam sempre de contemplar uma parcela considerável de mundo.*
 - (C) *se esquivam da maior porção de mundo cujo intento era de atingir.*
 - (D) *jamais cumprem seu objetivo de culminar em boa seção de mundo.*
 - (E) *ignoram sempre a largueza da fração de mundo que pretendiam atender.*

4. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:
 - (A) A execução de todos os nossos desejos caberia aos dias que dezembro faz correr.
 - (B) Dispõe-se no canteiro que há dentro de nós alguns afetos junto a ervas ingratas.
 - (C) Não se podem pretender que os cartões de natal exprimam desejos mais objetivos.
 - (D) A quais desejos sinceros se poderiam dar forma em cartões tão convencionais?
 - (E) São de se imaginar que esses cartões de natal transmitam os votos mais sinceros?



5. A frase **Há uma grande quantidade de pessoas em cuja existência sequer reparamos** continuará gramaticalmente correta caso se substitua o elemento sublinhado por:
- (A) de cujo valor jamais damos crédito.
 - (B) à quem não dedicamos atenção.
 - (C) por cuja importância não nos damos conta.
 - (D) onde não discriminamos virtudes próprias.
 - (E) para cujos méritos não atentamos.

Atenção: Para responder às questões de números 6 a 10, baseie-se no texto abaixo.

A “paz da descrença”

Em antiga entrevista, Millôr Fernandes – um supremo humorista do nosso país – contou uma passagem decisiva de sua história.

“Meu pai morreu quando eu tinha 1 ano. Minha mãe quando eu tinha 9 anos. Eu fui ao enterro, não me lembra mais a sensação. Foi aquele momento que você nem percebe muito bem o que está acontecendo. Mas aí eu voltei pra uma casa em que eu estava morando [...], de um tio pobre, funcionário público, e eu me meti então embaixo da cama [...] e aí eu chorei feito um desesperado, não tinha pai, não tinha mais ninguém, eu vivia emprestado numa casa, entende? De repente me veio uma tranquilidade depois de eu chorar não sei quanto tempo, ninguém viu isso, e veio um sentimento que mais tarde eu defini como “a paz da descrença”. A descrença me trouxe uma paz absoluta. O sentimento meu a partir daí, e depois definitivamente concretizado, é que “sou eu e o destino, não tem nenhum intermediário”, “não há interface”.

Assumindo-se como sujeito efetivo de sua história, Millôr salvou-se do afogamento mortal puxando-se pelos próprios cabelos. A partir daí, se afirmou como escritor, tradutor e como um dos analistas e intérpretes mais críticos deste país. A ‘paz da descrença’, paradoxalmente, aguçou sua lucidez inconformada e aquele seu humor implacável que põe a nu as encenações políticas e nossas hipocrisias pessoais. Lucidez, crítica e humor constituem, como se sabe, uma combinação fulminante.

(Vicente Rui Caldeira, a publicar)

6. Em seu relato, Millôr Fernandes se vale da expressão “a paz da descrença”, à qual ele chegou
- (A) em meio ao processo de um luto que jamais aceitaria superar.
 - (B) desgarrando-se dos conflitos de quem não aceita o destino.
 - (C) como arremate da convicção trágica de que a vida nada vale.
 - (D) por meio de uma nova fé que abraçou com fervor místico.
 - (E) poupando-se de qualquer esforço para atingir uma paz verdadeira.
7. No terceiro parágrafo do texto, o termo *paradoxalmente* se deve ao fato de que, no caso de Millôr Fernandes,
- (A) a paz de espírito faz parceria com a lucidez mais convicta.
 - (B) o humor e a lucidez encontram um modo de se conciliarem.
 - (C) suas encenações políticas contrastam com nossas hipocrisias.
 - (D) a descrença assumida intensifica sua lucidez combativa.
 - (E) a crítica e a lucidez refutam sua alegada paz de espírito.
8. Considere as seguintes orações:
- I. O menino perdeu seus pais.
 - II. A perda dos pais desesperou o menino.
 - III. O menino encontrou a paz da descrença.
- Essas orações articulam-se com clareza, correção e coerência no seguinte período único:
- (A) Porquanto encontrasse a paz da descrença, o menino se desesperou com a perda dos pais.
 - (B) A perda dos pais levou o menino ao desespero característico da paz da descrença.
 - (C) Conquanto se haja desesperado, o menino obteve a paz na descrença da perda dos pais.
 - (D) Embora perdesse os pais, o menino se desesperou até que achasse a paz da descrença.
 - (E) A paz da descrença foi assumida pelo menino que se desesperara com a perda dos pais.
9. Constitui um recurso expressivo de linguagem figurada o uso da expressão
- (A) *um supremo humorista do nosso país.*
 - (B) *não me lembra mais a sensação.*
 - (C) *puxando-se pelos próprios cabelos.*
 - (D) *um dos analistas e intérpretes mais críticos.*
 - (E) *depois de eu chorar não sei quanto tempo.*



10. Está absolutamente correta a redação da seguinte frase:
- (A) Ao dizer que “não tem nenhum intermediário”, Millôr acentua o caráter de sua plena solidão.
 - (B) “Não há interface” é a convicção de cuja o menino Millôr assume ao perder os pais.
 - (C) Ao se deparar, com a morte dos pais, o menino entrevistou em seu próprio destino.
 - (D) Lucidez, humor e crítica são ingredientes onde raramente conseguem conciliar-se.
 - (E) Ao desespero seguiu-se a paz cuja descrença o menino se aproveitou para seguir sua vida.

Raciocínio Lógico-Matemático

11. Numa eleição em que concorreram quatro candidatos e que contou com 963 votantes, o candidato vencedor teve 53 votos a mais do que o segundo classificado, 79 votos a mais do que o terceiro e 105 votos a mais do que o quarto classificado. A soma do número de votos do vencedor com o número de votos do perdedor é
- (A) 495
 - (B) 547
 - (C) 300
 - (D) 416
 - (E) 468
-
12. O número de solicitações mensais feitas no primeiro semestre ao departamento de Recursos Humanos foram 32, 27, 36, 42, 32 e 53.
- Com base nessas informações, podemos corretamente afirmar que:
- (A) A moda desse conjunto é 32 e é maior do que a média.
 - (B) A moda desse conjunto é 54 e é menor do que a média.
 - (C) A moda desse conjunto é 32 e a média é 37.
 - (D) A moda desse conjunto é 41 e a média é 38.
 - (E) A moda desse conjunto é 32 e a média é 41.
-
13. Na assembleia geral de um clube estavam presentes 60% dos associados. Uma proposta da diretoria foi aprovada por 55% dos presentes. Em relação ao total de associados, o número de votos favoráveis à proposta da diretoria corresponde a
- (A) 33% do total de associados.
 - (B) 36% do total de associados.
 - (C) 45% do total de associados.
 - (D) 47% do total de associados.
 - (E) 59% do total de associados.
-
14. Em um congresso com 384 participantes presentes verificou-se que $\frac{1}{4}$ dos presentes tomavam café só com açúcar, $\frac{5}{8}$ dos presentes tomavam café com açúcar e leite, e $\frac{1}{16}$ dos presentes tomavam café só com leite. O número dos demais congressistas presentes que tomavam café “puro”, sem açúcar e sem leite, é
- (A) 42
 - (B) 32
 - (C) 40
 - (D) 24
 - (E) 56
-
15. Maria, Ivo e Pedro escolheram, para cada um, dois sabores diferentes de sorvete. As seis escolhas foram: Ameixa, Açai, Baunilha, Chocolate, Creme e Menta. Um dos rapazes foi o único dentre os três que escolheu dois sabores cujos nomes começam com a mesma letra; Maria escolheu Ameixa, mas não escolheu Menta. Ivo escolheu Chocolate como um dos sabores. Pode-se afirmar corretamente que
- (A) Ivo escolheu Açai.
 - (B) Maria escolheu Creme.
 - (C) Pedro escolheu Menta.
 - (D) Maria escolheu Açai.
 - (E) Pedro escolheu Baunilha.

**Legislação**

16. Ao disciplinar o provimento de cargos públicos, a Lei nº 8.112/1990 estabelece que
- (A) devem ser reservadas às pessoas portadoras de deficiência até 15% (quinze por cento) das vagas oferecidas no concurso público.
 - (B) a investidura em cargo público se perfaz com o ato de nomeação.
 - (C) o provimento de cargo público de brasileiro naturalizado far-se-á exclusivamente mediante ato administrativo de competência privativa do chefe do Poder Executivo.
 - (D) a investidura em cargo público exige a idade mínima de 18 (dezoito) anos.
 - (E) a transferência é uma das formas de provimento do cargo público.
-
17. Nos termos do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, o quórum mínimo para efeito de funcionamento
- (A) da Subseção de Uniformização de Jurisprudência é de 5 (cinco) Desembargadores.
 - (B) das Subseções de Dissídios Individuais é de 9 (nove) Desembargadores ou juízes convocados.
 - (C) do Órgão Especial é de 9 (nove) Desembargadores.
 - (D) da Subseção de Dissídios Coletivos é de 5 (cinco) Desembargadores.
 - (E) da Subseção de Dissídios Individuais Reunidas é de 5 (cinco) Desembargadores ou juízes convocados.
-
18. Quanto ao processo administrativo e judicial para apuração de ato de improbidade administrativa, estabelece a Lei nº 8.429/1992, com redação dada pela Lei nº 14.230/2021:
- (A) Na ação por improbidade administrativa, poderá ser formulado, em caráter antecedente ou incidente, pedido de indisponibilidade de bens do réu, sendo vedada, em qualquer hipótese, a decretação de indisponibilidade do bem de família e de valores depositados em caderneta de poupança.
 - (B) Somente a pessoa física ou jurídica, vítima de ato de improbidade, poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar sua prática.
 - (C) Atendidos os requisitos da representação, a autoridade determinará a imediata apuração dos fatos, observadas as normas do Código de Processo Penal.
 - (D) O juiz poderá autorizar o parcelamento, em até 48 (quarenta e oito) parcelas mensais corrigidas monetariamente, do débito resultante de condenação pela prática de improbidade administrativa se o réu demonstrar incapacidade financeira de saldá-lo de imediato.
 - (E) Na ação de improbidade administrativa, quando da instrução processual, deverá ser observada a imposição do ônus da prova ao réu, como estabelecido no Código de Processo Civil.
-
19. De acordo com a Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), é assegurada a plena capacidade civil da pessoa com deficiência, inclusive para
- I. exercer o direito à família e à convivência familiar e comunitária, bem como para casar-se e constituir união estável.
 - II. exercer direitos sexuais e reprodutivos, ressalvada situação de risco à sua integridade física ou psicológica, em que se admite esterilização compulsória, mediante prévia determinação judicial.
 - III. exercer o direito à adoção, como adotante ou adotando, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, sendo vedado, contudo, exercer guarda, tutela ou curatela.
 - IV. exercer o direito de decidir sobre o número de filhos e de ter acesso a informações adequadas sobre reprodução e planejamento familiar.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e IV.
 - (B) II e IV.
 - (C) I, III e IV.
 - (D) I, II e III.
 - (E) II e III.
-
20. O Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, ao cuidar do plantão, estabelece que
- (A) o Desembargador plantonista ficará vinculado ao processo em que atuou, devendo os autos ser encaminhados ao seu gabinete com urgência.
 - (B) as atividades do plantão do Tribunal, no período do recesso judiciário, serão exercidas por Desembargador integrante do Órgão Especial, em sistema de rodízio e observando-se a ordem decrescente de antiguidade.
 - (C) o Desembargador plantonista permanecerá no prédio sede do Tribunal durante o horário de funcionamento, sendo vedado o atendimento em domicílio.
 - (D) durante o plantão, serão apreciados os pedidos de levantamento de importância em dinheiro ou valores, bem como a liberação de bens apreendidos, com o objetivo de evitar perecimento de direito.
 - (E) ficará à disposição do Juiz ou Desembargador, durante todo o período de plantão, um Oficial de Justiça.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Administração Pública**

21. Há assentada doutrina que investiga os pontos de convergência e de divergência entre administração privada e administração pública que considera que
- (A) o poder público deve ser econômico, eficiente e eficaz, ainda que incapaz de demonstrar.
 - (B) o poder público, além de econômico, eficiente e eficaz, deve ser capaz de demonstrar.
 - (C) não há diferenças entre administração de entidades privadas e públicas.
 - (D) não há similaridades entre administração de entidades privadas e públicas.
 - (E) o poder público não deve demonstrar suas decisões, mantendo o sigilo da motivação.
-
22. A Lei de Responsabilidade Fiscal também aborda a transparência da gestão pública,
- (A) incentivando a participação de observadores internacionais durante elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias.
 - (B) incentivando o estrito sigilo na elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias.
 - (C) incentivando tanto a participação popular quanto a realização de audiências públicas durante a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias.
 - (D) incentivando a realização de audiências públicas, mas não expressamente a participação popular, durante elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias.
 - (E) incentivando a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias após executado o Plano Plurianual a que deve se referir.
-
23. A ciência da administração de empresas estuda a dinâmica conhecida como “agente-principal”, que, no âmbito da administração pública
- (A) também é aplicada, assumindo a sociedade o papel de “principal”.
 - (B) não tem aplicação.
 - (C) também é aplicada, apenas quanto ao “principal”.
 - (D) também é aplicada, apenas quanto ao “agente”.
 - (E) também é aplicada, assumindo a sociedade o papel de “agente”.
-
24. Acerca dos princípios e diretrizes de governança como estabelecidos pelo Referencial Básico do TCU, integra o conjunto de valores interdependentes
- (A) a capacidade de resposta, que diz respeito à obrigação que têm as empresas e corporações públicas de assumir as responsabilidades de ordem fiscal, gerencial e programática que lhes foram conferidas, além de informar o cumprimento dessas.
 - (B) a transparência, que diz respeito às ações organizacionais e ao comportamento do agente público, referindo-se à adesão e alinhamento consistente aos valores, princípios e normas éticas comuns para sustentar e priorizar o interesse público sobre os interesses privados.
 - (C) a integridade, que diz respeito a permitir que a sociedade obtenha informações atualizadas sobre operações, estruturas, processos decisórios, resultados e desempenho do setor público.
 - (D) a equidade e participação, que diz respeito à capacidade de responder de forma eficiente e eficaz às necessidades das partes interessadas.
 - (E) a *accountability*, que diz respeito à obrigação que têm as empresas e corporações públicas de assumir as responsabilidades de ordem fiscal, gerencial e programática que lhes foram conferidas, além de informar o cumprimento dessas.
-
25. Indicadores são medidas de intensidade dos fenômenos sociais de interesse para o resultado da organização, aptos a revelar ou a inferir a efetividade das medidas postas em efeito pela administração. A decisão quanto ao número de indicadores a manter atende a interesses conflitantes, pois buscam observar suficientemente os diversos aspectos do fenômeno controlado, mas necessitam manter a objetividade da análise. O Conselho Nacional de Justiça, ao dispor sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário, estipulou que o plano de logística sustentável deve ser necessariamente composto por
- (A) apenas um indicador, qual seja, o relacionado à gestão de resíduos.
 - (B) indicador relacionado à acessibilidade de equipamentos e instalações, entre indicadores de outros temas.
 - (C) apenas um indicador, qual seja, o relacionado a uso eficiente de insumos, materiais e serviços.
 - (D) indicador relacionado à qualidade de vida no ambiente de trabalho, entre indicadores de outros temas.
 - (E) apenas um indicador, qual seja, o de desempenho relacionado a aquisições e contratações sustentáveis.
-
26. Consta da Resolução CNJ nº 325/2020, acerca da estratégia nacional do Poder Judiciário 2021-2026, que deve ela ser executada
- (A) de forma colaborativa e participativa, sob a coordenação do órgão de planejamento do Tribunal Superior a que vinculado cada um dos Tribunais.
 - (B) diretamente por cada unidade de gestão estratégica, independentemente da coordenação do órgão de planejamento do Tribunal Superior a que vinculado cada um dos Tribunais.
 - (C) de forma colaborativa e participativa, sob a coordenação da Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário.
 - (D) diretamente por cada unidade de gestão estratégica, independentemente da coordenação da Rede de Governança Colaborativa do Ministério do Meio Ambiente.
 - (E) de forma colaborativa e participativa, sob a coordenação da Rede de Governança Colaborativa do Ministério do Meio Ambiente.



27. Nos termos do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, a moralidade da Administração Pública
- (A) se limita à distinção entre o bem e o mal, independentemente do que é considerado bem comum.
 - (B) não se limita à distinção entre o bem e o mal, devendo ser acrescida da ideia de que o fim é sempre o bem comum.
 - (C) encontra esteio na lei, repelindo a ideia de equilíbrio entre legalidade e finalidade na conduta do servidor público.
 - (D) pode ser flexibilizada, presentes imperativos de segurança nacional.
 - (E) não se limita à distinção entre o bem e o mal, devendo ser acrescida da ideia de que o fim é sempre o interesse da administração pública.

Gestão de Pessoas

28. Os estudos sobre o fenômeno da motivação no ambiente organizacional resultaram na consolidação de diversas teorias, entre as quais a Teoria de Campo, desenvolvida por Kurt Lewin, segundo a qual, dentro do ambiente psicológico, as pessoas, os objetos ou mesmo qualquer coisa mensurável pelo indivíduo podem apresentar valências negativas, que correspondem à(ao)
- (A) valor que a cultura atribui a esses elementos, que não necessariamente influencia o comportamento do indivíduo, dado que se trata de fenômeno que não apresenta qualquer efeito dinâmico.
 - (B) métrica que dimensiona o grau de motivação presente no indivíduo, decorrente exclusivamente de fatores inatos e que não se relacionam com a percepção do ambiente.
 - (C) conceito ou valor que o indivíduo se atribui, decorrente de experiências negativas preexistentes, ocorridas principalmente na infância, e que necessitam ser ressignificadas para gerar autoconfiança e motivação.
 - (D) campo dinâmico de forças psicológicas que tendem a afastar o indivíduo ou mesmo causar repulsa ou fuga, influenciando seu comportamento de forma inversa às valências positivas.
 - (E) vetor de indução aplicado a esses elementos de forma deliberada pela organização, utilizando-os como forma de punir o indivíduo e desestimular comportamentos indesejáveis.
29. Os líderes das organizações públicas ou privadas podem apresentar diferentes estilos de liderança, vários deles identificados e classificados por autores que estudam o fenômeno. Uma dessas classificações é aquela que diferencia a liderança transacional da transformacional, apontando que
- (A) o método transformacional de liderança é baseado em uma atuação carismática e autocentrada do líder, em que não é levado em consideração o *feedback* recebido dos liderados.
 - (B) o líder que atua de forma transacional interage com os liderados em uma relação de troca, em que recompensas decorrem do atingimento de metas ou resultados tangíveis.
 - (C) ambas as abordagens podem ser bem sucedidas a depender do tipo de organização, sendo a transacional pertinente apenas para aquelas com alto grau de maturidade dos liderados, já que pressupõe uma liderança compartilhada.
 - (D) a liderança transformacional demanda um processo estruturado de mudança na organização, em que a autoridade de linha é substituída pelo conceito de cadeia escalar e funções de *staff*.
 - (E) a forma de atuação do líder transacional é focada na formação e aprimoramento dos liderados, objetivando o desenvolvimento de habilidades comportamentais para formar novas lideranças, não havendo preocupação com resultados no curto prazo.
30. Hebert Simon ao estudar o processo decisório no âmbito da administração, introduz o conceito de racionalidade limitada, diferenciando o "homem econômico" do denominado "homem administrativo", sob a perspectiva de que
- (A) a racionalidade própria do segundo busca a máxima eficiência e, ao contrário do homem econômico, não se conforma com qualquer decisão que apresente uma solução meramente adequada.
 - (B) o primeiro busca a maximização dos ganhos, enquanto, para o segundo, as decisões podem ser apenas satisfatórias, assim entendidas aquelas que atendam aos requisitos mínimos desejados.
 - (C) o homem econômico considera que a racionalidade própria do homem administrativo é limitada e ineficiente e sustenta que o processo decisório deve pautar-se pela busca de soluções pragmáticas.
 - (D) o primeiro adota apenas decisões programadas, baseadas em critérios de custo e benefício, enquanto o homem administrativo é pautado por um processo intuitivo, tomando decisões de natureza não programada.
 - (E) embora ambos objetivem maximizar o processo decisório, buscando a solução ótima para o problema posto, apenas o homem administrativo consegue atingir esse ponto ótimo em termos de eficiência.
31. Os denominados KPI (*Key Performance Indicators*) correspondem a indicadores de gestão de desempenho utilizados para medir ou verificar a efetividade do trabalho realizado sob diferentes perspectivas. Um deles é o "turnover", indicador bastante utilizado
- (A) pela área de recursos humanos, a fim de mostrar a rotatividade dos colaboradores, incluindo os desligamentos voluntários e as demissões.
 - (B) para medir o retorno obtido com a carteira de clientes, mensurando o nível de crescimento e de fidelização.
 - (C) para identificar o denominado *Market Share*, ou participação relativa da organização no mercado em que atua.
 - (D) pela área financeira, para mensurar o retorno obtido a partir do investimento em capacitação dos colaboradores.
 - (E) por setores operacionais da organização, para identificar o giro de estoque e o tempo de reposição necessário para os insumos demandados.



32. No que concerne à cultura organizacional, na forma apresentada pela doutrina especializada, baseada nos estudos de Edgar Schein, tem-se que pode ser analisada em diferentes níveis, sendo que os denominados “artefatos” correspondem
- (A) às crenças e percepções inconscientes presentes na organização e que perpassam todos os níveis da cultura vigente.
 - (B) ao nível mais profundo, onde se situam as percepções básicas subjacentes à organização.
 - (C) ao primeiro nível, de maior visibilidade e percepção, tendo como exemplos os slogans e símbolos.
 - (D) ao nível intermediário, onde se situam os valores compartilhados pelos integrantes da organização.
 - (E) ao nível formalmente normatizado da cultura vigente na organização, representado por documentos como código de conduta e de ética.
-
33. Suponha que determinada entidade pretenda utilizar a Matriz GUT para melhoria de seus processos organizacionais e aprimoramento de gestão de desempenho. Nesse contexto, deverá considerar que referida ferramenta aplica-se para
- (A) realizar um diagnóstico do ambiente externo em que a organização se insere, mapeando a união de oportunidade de crescimento (*growth*) e a presença de ameaças (*threats*).
 - (B) gerenciar os projetos prioritários da organização, identificando os gargalos de execução, o grau de utilidade do resultado obtido e o tempo estimado para conclusão.
 - (C) obter uma certificação da qualidade dos processos de trabalho, que serão analisados sob a ótica tripartite da gestão, uniformidade e tempestividade.
 - (D) treinamento de equipes de trabalho para processos de mudança organizacional, com base no tripé governança, utilidade prática e tendência.
 - (E) organizar os problemas e demandas por ordem de prioridade, permitindo analisar os problemas de acordo com sua gravidade, urgência e tendência, melhorando o processo de tomada de decisão.

Noções de Direito Constitucional

34. Arnaldo, Presidente da República, praticou um crime de homicídio doloso dentro das dependências do Palácio do Planalto, tendo como vítima o Ministro da Economia, seu inimigo político de longa data. Diante do que dispõe a Constituição Federal, pela prática do crime referido, Arnaldo deve ser julgado
- (A) pelo Superior Tribunal de Justiça, órgão competente para processar e julgar as autoridades de governo nos casos de crimes comuns e de responsabilidade.
 - (B) pelo Senado Federal, após admissão pela Câmara dos Deputados, sob a presidência do presidente do Supremo Tribunal Federal.
 - (C) pelo Supremo Tribunal Federal, órgão competente para processar e julgar o Presidente da República em infração penal comum.
 - (D) pela Câmara dos Deputados, órgão competente para julgar os membros do Poder Executivo Federal por crimes de responsabilidade que tenham relação com o exercício do mandato.
 - (E) pelo Tribunal do Júri, órgão com previsão constitucional, cuja competência é o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.
-
35. Nos termos da Constituição Federal, é competência do Superior Tribunal de Justiça
- (A) julgar, originariamente, os mandados de segurança contra ato do Comandante do Exército.
 - (B) processar e julgar as ações contra o Conselho Nacional de Justiça.
 - (C) processar e julgar, originariamente, litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, os Estados, o Distrito Federal ou os Territórios.
 - (D) julgar, mediante recurso ordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida julgar válida lei local contestada em face de lei federal.
 - (E) processar e julgar extradição solicitada por Estado estrangeiro.
-
36. Dentre as competências do Presidente da República que podem ser delegadas a autoridades referidas no texto constitucional está a de
- (A) celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional.
 - (B) conferir condecorações e distinções honoríficas.
 - (C) nomear os magistrados, nos casos previstos na Constituição, e o Advogado-Geral da União.
 - (D) conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei.
 - (E) manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos.
-
37. Soraya dirigiu-se até uma agência do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a fim de obter uma certidão declarando não existir nenhum benefício atual em seu nome. No entanto, o INSS, sem qualquer justificativa, negou o pedido de emissão de certidão. Soraya, tendo ciência de que é titular de um direito garantido constitucionalmente, de obter certidões em repartições públicas para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações de interesse pessoal, resolve se aconselhar com uma amiga advogada, que lhe diz ser cabível, nessa situação, o ajuizamento de
- (A) *habeas data*.
 - (B) mandado de injunção.
 - (C) *habeas corpus*.
 - (D) mandado de segurança.
 - (E) ação popular.



38. De acordo com o que estabelece a Constituição Federal e com o entendimento dos tribunais superiores, acerca dos direitos e garantias fundamentais,
- (A) nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins praticado antes da naturalização.
 - (B) fere o princípio de que nenhuma pena passará da pessoa do condenado a obrigação dos sucessores de reparar o dano até o limite do valor do patrimônio transferido.
 - (C) a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os crimes dolosos contra a vida.
 - (D) não há qualquer exceção à vedação da pena de morte no Brasil.
 - (E) é reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurada, dentre outras garantias, a soberania dos veredictos.
-
39. Determinado grupo de indivíduos com convicções separatistas veio a se organizar sob a forma de associação, com sede em área rural de grande extensão territorial. Em seu estatuto social, consta dentre os propósitos da associação o de romper com a federação brasileira e constituir um novo país, a partir do terreno em que sediada, com pretensão de expansão para localidades fronteiriças cujos habitantes partilhem de seus ideais. Em razão disso, o Ministério Público ajuizou medidas judiciais solicitando a imediata dissolução da associação. Diante da situação hipotética acima descrita, e à luz do que dispõe a Constituição Federal,
- (A) o Ministério Público poderá, de imediato, dissolver compulsoriamente a associação, em razão da constatação de sua finalidade ilícita.
 - (B) a associação poderá ter suas atividades suspensas por decisão judicial, independentemente de trânsito em julgado.
 - (C) diante da finalidade ilícita, seus dirigentes poderão ser responsabilizados civil e criminalmente, mantendo-se, contudo, em funcionamento a associação, uma vez que somente é vedada a instituição de associação de caráter paramilitar.
 - (D) a associação somente poderá sofrer intervenção estatal caso receba recursos públicos.
 - (E) as atividades da associação não poderão sofrer qualquer intervenção compulsória, nem mesmo por determinação do Poder Judiciário, uma vez que é vedada a interferência estatal no funcionamento das associações.

Noções de Direito do Trabalho

40. Camélia é empregada celetista do Restaurante Prato Bom, tendo ingressado em 01/01/2013, na função de cozinheira. A empresa pretende rescindir o contrato da referida empregada em 31/12/2022, indenizando o aviso prévio. O salário de Camélia corresponde a R\$ 2.100,00. Nessa hipótese, com base na legislação federal vigente, o aviso prévio de Camélia deverá ser de
- (A) R\$ 3.990,00.
 - (B) R\$ 4.200,00.
 - (C) R\$ 2.100,00.
 - (D) R\$ 3.500,00.
 - (E) R\$ 3.360,00.
-
41. A Construtora Equilíbrio, visando redução da sua folha de pagamento, com a finalidade de evitar dispensa de parte do seu quadro de empregados pretende celebrar acordo coletivo de trabalho com o sindicato da categoria. Na minuta do acordo estão:
- I. Banco de horas anual.
 - II. Redução do intervalo para 30 minutos para empregados com jornada de 8 horas diárias.
 - III. Adicional de horas extras de 30%, pelo prazo de 12 meses.
 - IV. Férias anuais de 20 dias para todos os empregados por 24 meses.
 - V. Alteração do enquadramento do grau de insalubridade.
- Conforme a Consolidação das Leis do Trabalho, são lícitas apenas as cláusulas
- (A) I, III e V.
 - (B) II, III e IV.
 - (C) I, II e V.
 - (D) III e IV.
 - (E) I e II.

42. A empresa de energia solar Sol de Rachar celebrou acordo com seus empregados do setor de vendas para prestarem serviços em teletrabalho durante a pandemia de Covid-19. A empresa pretende, a partir de 2023, que tais empregados retornem às atividades presenciais. Nessa hipótese, de acordo com o previsto na Consolidação das Leis do Trabalho, a empregadora **I** e observar o prazo mínimo de **II** de transição.

As lacunas **I** e **II** se preenchem correta e respectivamente com

- (A) poderá unilateralmente determinar – 30 dias
- (B) deverá obter a concordância dos empregados – 15 dias
- (C) poderá unilateralmente determinar – 20 dias
- (D) deverá obter a concordância dos empregados – 20 dias
- (E) poderá unilateralmente determinar – 15 dias



43. Arquimedes é empregado celetista do Hospital e Maternidade Boa Hora desde 2018. Por força do trabalho, Arquimedes, cuja jornada contratual é de 8 horas diárias, só consegue usufruir de 20 minutos de intervalo para refeição e descanso. Nessa situação, com base no que prevê a Consolidação das Leis do Trabalho, o referido empregado faz jus a receber
- (A) 40 minutos de intervalo, com acréscimo de 50% sobre o valor da hora normal, de natureza indenizatória.
 - (B) 1 hora de intervalo, com acréscimo de 50% sobre o valor da hora normal, com reflexos nas demais verbas contratuais.
 - (C) 40 minutos de intervalo, sobre o valor da hora normal, de natureza indenizatória.
 - (D) 1 hora de intervalo, com acréscimo de 50% sobre o valor da hora normal, de natureza indenizatória.
 - (E) 1 hora de intervalo, sobre o valor da hora normal, com reflexos nas demais verbas contratuais.
-
44. Platão está sendo contratado pela Empresa de Pesca Leão do Mar e, pela atividade de risco que irá desempenhar, vai receber adicional de periculosidade, além do salário de R\$ 3.000,00, gratificação de função de R\$ 500,00 e prêmio produtividade de R\$ 300,00. Nessa hipótese, com base no que prevê a Consolidação das Leis do Trabalho, perceberá a título de adicional de periculosidade o valor de
- (A) R\$ 1.050,00.
 - (B) R\$ 900,00.
 - (C) R\$ 750,00.
 - (D) R\$ 1.140,00.
 - (E) R\$ 700,00.
-
45. Albino é empregado celetista e deseja participar de um curso de qualificação profissional oferecido pelo seu empregador. Nessa situação, com base no que prevê a Consolidação das Leis do Trabalho, o contrato de trabalho de Albino poderá ser
- (A) interrompido pelo prazo máximo de 5 meses, com a percepção normal dos salários.
 - (B) suspenso, pelo prazo de duração do curso, até o máximo de 3 meses, sem a percepção dos salários do período.
 - (C) interrompido pelo prazo máximo de 3 meses, com a percepção normal dos salários.
 - (D) suspenso, pelo prazo de duração do curso, até o máximo de 5 meses, sem a percepção dos salários do período, podendo receber do empregador ajuda compensatória mensal, de natureza indenizatória.
 - (E) suspenso, pelo prazo de duração do curso, até o máximo de 6 meses, sem a percepção dos salários do período.
-
46. Apolo completou 12 meses de trabalho registrado em CTPS para a Funerária Última Morada, e seu empregador pretende marcar as suas férias. Por estar com poucos empregados, deseja fracionar as férias de Apolo. Nessa situação, conforme previsão da Consolidação das Leis do Trabalho, as férias do referido empregado poderão ser divididas em até
- (A) três períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a quatorze dias corridos e os demais não poderão ser inferiores a cinco dias corridos, cada um, mediante expressa concordância do empregado.
 - (B) quatro períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a dez dias corridos e os demais não poderão ser inferiores a sete dias corridos, cada um, independente de concordância do empregado.
 - (C) dois períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a vinte dias corridos mediante expressa concordância do empregado.
 - (D) três períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a quinze dias corridos e os demais não poderão ser inferiores a cinco dias corridos, cada um, independente de concordância do empregado.
 - (E) dois períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a vinte dias corridos independente de concordância do empregado.

Noções de Direito Administrativo

47. Uelder é agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, e Dorival é terceiro que auxilia a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio. Considerando apenas as informações fornecidas e em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), ressalvados os casos previstos em lei, é vedado
- (A) apenas a Uelder admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que, dentre outras, comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas.
 - (B) a Uelder e a Dorival admitirem, preverem, incluírem ou tolerarem, nos atos que praticarem, situações que, dentre outras, comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, exceto nos casos de participação de sociedades cooperativas.
 - (C) a Uelder e a Dorival admitirem, preverem, incluírem ou tolerarem, nos atos que praticarem, situações que, dentre outras, comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas.
 - (D) apenas a Uelder estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamento, exceto quando envolvido financiamento de agência internacional.
 - (E) a Uelder e a Dorival estabelecerem tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamento, exceto quando envolvido financiamento de agência internacional.



48. Com base na Lei nº 10.520/2002 (que instituiu o pregão) a fase preparatória do pregão observará o seguinte:
- (A) a autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, fixando os prazos para fornecimento apenas na fase externa do pregão.
 - (B) a autoridade competente designará, dentre os servidores do órgão ou entidade promotora da licitação, o pregoeiro e respectiva equipe de apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.
 - (C) a convocação dos interessados será efetuada por meio de publicação de aviso em diário oficial do respectivo ente federado ou, se preferir, em jornal de circulação local, e facultativamente, por meios eletrônicos e conforme o vulto da licitação, em jornal de grande circulação.
 - (D) os licitantes não poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que já constem do Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores (Sicaf) e sistemas semelhantes mantidos por Estados, Distrito Federal ou Municípios, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados nele constantes.
 - (E) declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 5 (cinco) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

49. Considere:

- I. Empresa Pública é pessoa jurídica de direito público e sociedade de economia mista é pessoa jurídica de direito privado na qual há participação do Poder Público na sua gestão e organização.
- II. As fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público integram a Administração Pública Indireta, seja federal, estadual ou municipal.
- III. A autarquia é pessoa jurídica de direito privado; a fundação pode ser de direito público ou privado.

Com relação às entidades da Administração Indireta, é correto o que se afirma APENAS em

- (A) III.
- (B) I e II.
- (C) I.
- (D) II.
- (E) II e III.

50. De acordo com a Lei nº 10.520/2002 (que instituiu o pregão) a modalidade de licitação denominada pregão poderá ser adotada para aquisição de bens e serviços comuns, sendo

- (A) que quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, ficará sujeito às multas previstas em edital e no contrato, não ficando impedido de licitar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios.
- (B) vedada a participação de bolsas de mercado no apoio técnico e operacional aos órgãos e entidades promotores da modalidade de pregão.
- (C) vedada a exigência de pagamento de taxas e emolumentos, inclusive os referentes a fornecimento do edital.
- (D) vedada a exigência de garantia de proposta, mas permitida a aquisição do edital pelos licitantes, como condição para participação no certame.
- (E) assim considerados aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

51. Com relação ao ato administrativo é correto afirmar que

- (A) a revogação, quando se tratar de ato discricionário válido, poderá ser realizada tanto pela Administração Pública que o produziu quanto pelo Poder Judiciário, no desempenho da sua função jurisdicional.
- (B) sua anulação somente poderá ocorrer pelo Poder Judiciário, tendo em vista que os atos administrativos possuem a presunção de legitimidade, produzindo todos os efeitos para os quais foi editado.
- (C) tanto a própria Administração pública quanto o Poder Judiciário têm o poder de anulá-lo quando estiver eivado de vício que o torna ilegal.
- (D) a revogação, quando se tratar de ato discricionário válido, poderá ser realizada apenas pela Administração Pública que o produziu, por razões de oportunidade e conveniência, sendo seus efeitos sempre retroativos (eficácia *ex tunc*).
- (E) é possível a anulação e a revogação dos atos que geram direitos adquiridos e dos meros atos administrativos, desde que sejam realizadas pelo Poder Judiciário, no desempenho da sua função jurisdicional.



52. De acordo com a Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), o diálogo competitivo é uma modalidade de licitação
- (A) na qual a Administração apresentará, por ocasião da divulgação do edital em sítio eletrônico oficial, suas necessidades e as exigências já definidas e estabelecerá prazo mínimo de 25 (vinte e cinco) dias úteis para manifestação de interesse na participação da licitação.
 - (B) na qual a Administração poderá revelar a outros licitantes as soluções propostas por um deles, independentemente de consentimento, sem poder, entretanto, divulgar as informações sigilosas comunicadas por um licitante sem sua autorização.
 - (C) que será conduzida por comissão de contratação composta de no máximo três servidores efetivos, admitida a contratação de profissionais para assessoramento técnico da comissão.
 - (D) restrita a contratações pela Administração de objeto que envolva apenas a impossibilidade de as especificações técnicas serem definidas com precisão suficiente pela Administração.
 - (E) na qual os critérios empregados para pré-seleção dos licitantes deverão ser previstos em edital, e serão admitidos somente os dez primeiros interessados que preencherem os requisitos objetivos estabelecidos.

Noções de Contabilidade Pública

53. As informações a seguir são referentes à aquisição e à utilização de um lote de produtos de higienização para limpeza de estofados e tapetes por um ente público estadual:
- 12/01/2022: empenho da despesa pelo valor de R\$ 1.460,00 para a aquisição do lote de produtos.
 - 26/01/2022: entrega do lote de produtos pelo fornecedor.
 - 27/01/2022: liquidação da despesa pelo valor total da nota de empenho emitida em 12/01/2022.
 - 15/02/2022: pagamento da despesa pelo valor total da nota de empenho emitida em 12/01/2022.
 - 30/03/2022: utilização do lote de produtos de higienização para a limpeza de estofados e tapetes pertencentes ao ente público estadual.

Com base nessas informações, uma despesa orçamentária de acordo com a Lei nº 4.320/1964 e uma variação patrimonial diminutiva de acordo com o regime de competência ocorreram, respectivamente, em

- (A) 12/01/2022 e 26/01/2022.
 - (B) 15/02/2022 e 26/01/2022.
 - (C) 12/01/2022 e 27/01/2022.
 - (D) 12/01/2022 e 30/03/2022.
 - (E) 15/02/2022 e 30/03/2022.
54. Um ente público deve apresentar
- (A) o pagamento de restos a pagar não processados como Despesa Orçamentária no seu Balanço Financeiro.
 - (B) o valor recebido com depósito caução como Despesa Corrente no seu Balanço Orçamentário.
 - (C) a despesa empenhada com Investimentos como Variação Patrimonial Diminutiva na sua Demonstração das Variações Patrimoniais.
 - (D) as variações patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente como Passivo Circulante no seu Balanço Patrimonial.
 - (E) o recebimento de caixa decorrente de impostos como Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais na sua Demonstração dos Fluxos de Caixa.
55. O registro contábil da depreciação de bens imóveis e do pagamento de restos a pagar processados por uma entidade pública dão origem, respectivamente, a
- (A) uma variação patrimonial quantitativa e a um fato permutativo.
 - (B) um fato permutativo e a um fato permutativo.
 - (C) uma variação patrimonial quantitativa e a uma despesa orçamentária efetiva.
 - (D) um fato permutativo e a uma despesa orçamentária efetiva.
 - (E) uma variação patrimonial diminutiva e a uma variação patrimonial quantitativa.



56. O instrumento de planejamento de um ente público referente ao exercício financeiro de 2021 previa R\$ 5.459.000,00 com receitas tributárias. Em janeiro desse mesmo exercício financeiro, o responsável efetuou o lançamento de R\$ 4.500.000,00 com a referida receita e, entre fevereiro e dezembro de 2021, o ente público arrecadou R\$ 3.150.000,00 com receitas tributárias. Assim, para o ente público,
- (A) a arrecadação da referida receita deu origem a um ativo permanente.
 - (B) a arrecadação da referida receita deu origem a uma variação patrimonial aumentativa.
 - (C) o lançamento da referida receita deu origem a uma variação patrimonial aumentativa.
 - (D) o lançamento da referida receita deu origem a uma receita corrente realizada.
 - (E) a previsão da referida receita deu origem a um ativo financeiro.

Noções de Orçamento Público

57. A Lei Orçamentária Anual de um ente público estadual referente ao exercício financeiro de 2022, de acordo com a Lei nº 4.320/1964, deve
- (A) dispor sobre as alterações nas alíquotas tributárias previstas para o exercício financeiro de 2022, bem como indicar as medidas de compensação a renúncias de receitas.
 - (B) estabelecer as metas relativas aos resultados nominal e primário para os exercícios financeiros de 2022, 2023 e 2024.
 - (C) compreender o Anexo de Riscos Fiscais, cujo objetivo é dar transparência sobre os possíveis eventos com potencial para afetar o equilíbrio fiscal do referido ente.
 - (D) conter reserva de contingência, cujo valor deve ser definido com base na receita orçamentária total arrecadada pelo referido ente no exercício financeiro de 2021.
 - (E) apresentar a receita prevista com aluguéis como Receita Corrente e as dotações destinadas ao pagamento de juros da dívida pública como Despesa Corrente.
-
58. De acordo com a Lei nº 4.320/1964, para a abertura de um crédito
- (A) suplementar, em 13/07/2022, um gestor pode ter utilizado como recurso, desde que não comprometido, o resultado financeiro positivo apurado em balanço financeiro do ano de 2021.
 - (B) especial, em 13/07/2022, um gestor pode ter utilizado como recurso, desde que não comprometido, o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial de 31/12/2021.
 - (C) especial, um gestor deve utilizar decreto do Poder Executivo e dar imediato conhecimento da referida abertura ao Poder Legislativo.
 - (D) extraordinário, um gestor deve indicar os recursos para ocorrer a despesa, bem como apresentar justificativa para a referida abertura.
 - (E) extraordinário, um gestor deve obter prévia autorização do Poder Legislativo e efetuar a referida abertura por decreto do Poder Executivo.
-
59. De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, o Relatório
- (A) Resumido da Execução Orçamentária referente ao último quadrimestre de 2021 contém demonstrativo da disponibilidade de caixa e dos restos a pagar em 31/12/2021.
 - (B) Resumido da Execução Orçamentária contém demonstrativo da dívida consolidada e da despesa total com pessoal por poder e órgão.
 - (C) Resumido da Execução Orçamentária contém demonstrativo dos resultados primário e nominal, cujas metas de resultados foram estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
 - (D) de Gestão Fiscal contém demonstrativo da execução das despesas correntes e de capital, discriminando a dotação inicial e as despesas empenhadas e liquidadas no bimestre e no exercício.
 - (E) de Gestão Fiscal referente ao último quadrimestre de 2021 contém demonstrativo da receita de alienação de ativos e aplicação dos recursos.
-
60. Um ente público estadual apresentou, no exercício financeiro de 2021, receita corrente líquida e receita corrente total arrecadada de R\$ 5.780.000,00 e R\$ 6.310.000,00, respectivamente. De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, o limite máximo da Despesa Total com Pessoal do Poder Executivo do referido ente, no exercício financeiro de 2021, foi, em R\$,
- (A) 3.786.000,00.
 - (B) 3.468.000,00.
 - (C) 3.407.400,00.
 - (D) 3.121.200,00.
 - (E) 2.832.200,00.

Prova Discursiva-Redação

Instruções Gerais:

Conforme Edital publicado [...] Capítulo 10. [...] 10.3 Na Prova Discursiva-Redação, o candidato deverá desenvolver texto dissertativo-argumentativo a partir de proposta única, sobre assunto de interesse geral não atrelado necessariamente ao Conteúdo Programático de Conhecimentos Específicos referido no presente Edital. 10.3.1 A Prova Discursiva-Redação tem o objetivo de avaliar a proficiência em Língua Portuguesa em sua modalidade escrita, considerando a capacidade de compreender e expor argumentos com clareza, concisão, precisão, coerência e objetividade a respeito do tema, com base nos textos de apoio propostos, avaliando inclusive a correção gramatical, segundo os critérios definidos nos itens 10.3 a 10.8 deste Capítulo. 10.4 Considerando que o texto constitui uma unidade, os itens discriminados a seguir serão avaliados em estreita correlação, do que não decorre proporcionalidade na atribuição dos pontos para cada um deles: 10.4.1 **Conteúdo – até 40 (quarenta) pontos:** a) perspectiva adotada no tratamento do tema; b) capacidade de análise e senso crítico em relação ao tema proposto; c) consistência dos argumentos, clareza e coerência no seu encadeamento. 10.4.2 **Estrutura – até 30 (trinta) pontos:** a) respeito ao gênero solicitado; b) progressão textual e encadeamento de ideias; c) articulação de frases e parágrafos (coesão textual). 10.4.2.1 A nota será prejudicada, proporcionalmente, caso ocorra, no Conteúdo, abordagem tangencial, parcial ou diluída em meio a divagações e/ou colagem de textos e de questões apresentados na prova. 10.4.3 **Expressão – até 30 (trinta) pontos:** a) desempenho linguístico de acordo com o nível de conhecimento exigido para o Cargo; b) adequação do nível de linguagem adotado à produção proposta e coerência no uso; c) domínio da norma culta formal, com atenção aos seguintes itens: estrutura sintática de orações e períodos, elementos coesivos; concordância verbal e nominal; pontuação; regência verbal e nominal; emprego de pronomes; flexão verbal e nominal; uso de tempos e modos verbais; grafia e acentuação. 10.4.3.1 A avaliação da expressão não será feita de modo estanque ou mecânico, mas sim de acordo com sua estreita correlação com os demais critérios. 10.5 Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho na Prova Discursiva-Redação a que se refere este Capítulo, deverão os candidatos valer-se das normas ortográficas em vigor, implementadas pelo Decreto Presidencial nº 6.583, de 29 de setembro de 2008, e alterado pelo Decreto Federal nº 7.875, de 27 de dezembro de 2012, que estabeleceu o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. 10.6 Será atribuída nota **ZERO** à Prova Discursiva-Redação que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; c) for assinada fora do local apropriado; d) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; e) estiver em branco; f) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; g) não atender aos requisitos definidos na grade correção/máscara de critérios pela Banca Examinadora. 10.7 Na Prova Discursiva-Redação, a folha para rascunho no Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora. 10.8 Na Prova Discursiva-Redação deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. 10.9 A Prova Discursiva-Redação terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a 60 (sessenta) pontos.

I

A sociedade que se formou da reunião de várias aldeias constitui a Cidade, que tem a faculdade de se bastar a si mesma, sendo organizada não apenas para conservar a existência, mas também para buscar o bem-estar.

(ARISTÓTELES. **A política**. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 4)

II

O homem que cavalga longamente por terrenos selváticos sente o desejo de uma cidade. Finalmente, chega a Isidora, cidade onde os palácios têm escadas em caracol incrustadas de caracóis marinhos, onde se fabricam a perfeição binóculos e violinos [...]. Ele pensava em todas essas coisas quando desejava uma cidade. Isidora, portanto, é a cidade de seus sonhos.

(CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. Tradução de Diogo Mainardi. São Paulo: Biblioteca Folha de São Paulo, 1972, p. 6)

III

O conceito de “vida entre edifícios” inclui um grande número de atividades que as pessoas realizam ao usar o espaço público: deslocamentos de um lugar para outro, caminhadas, paradas curtas, longas, olhar vitrines, conversas e encontros, exercícios, danças, atividades recreativas, trocas e comércio, jogos, shows de rua e até mendigos. [...] Todos os acontecimentos da vida ocorrem enquanto circulamos entre nossos semelhantes. A vida, em toda a sua diversidade e esplendor, aparece diante de nós quando estamos a pé. Em cidades vitais, sustentáveis, saudáveis e seguras, o pré-requisito para o desenvolvimento da vida urbana é que haja oportunidades para caminhar. Tomando uma perspectiva mais ampla, no entanto, fica claro que uma série de oportunidades socialmente valiosas e recreativas surgem quando são cultivadas e quando a caminhada é incentivada. [...] Nas cidades, caminhar é muito mais do que apenas passear! Há contato entre as pessoas e a comunidade, os prazeres livres da vida e as várias experiências sensoriais são usufruídas. Em sua essência, caminhar é uma forma especial de comunhão entre pessoas que compartilham o espaço público, como um lugar de circulação [...].

(Adaptado de: GEHL, Jan. **Ciudades para la gente**. Buenos Aires: Ediciones Infinito, 2014, p. 19)

Com base em I, II e III, elabore um texto **dissertativo-argumentativo** acerca do seguinte tema:

Direito à cidade como condição de bem-estar social



Prova Discursiva-Redação

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RAS CUNHO

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO